

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - COMCULT
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 2024

Aos 12 dias do mês de junho de 2024, conforme quórum estatutário e confirmado em folha de presença, o Presidente da Mesa Diretiva do Conselho Municipal de Cultura de Guaratinguetá, Felipe Moura de Toledo, deu início a Assembleia Geral Ordinária. Iniciou com as efemérides referentes ao aniversário dos músicos Francisco Buarque de Hollanda e Paul McCartney, Marisa Sasso Papa membro do notório saber, relembra aniversário de Maria Bethânia no último dia 11 e Rogério Rabelo da Encarnação, suplente no setor de Movimentos Sociais ligados às atividades culturais faz menção ao mês do Meio Ambiente. Sobre informes e correspondências recebidas; um convite do Projeto Guri para evento relativo a apresentação no auditório Frei Galvão na próxima quinta-feira, 27 de junho; um convite da ETEC para encaminhado por uma aluna para a formatura dos alunos de Designer Gráfico nos dias 27 e 28 de junho. Rosângela Canuto, membro do notório saber, comenta que em 2018, por ocasião da criação de sua Cia de Teatro Sucudumbu, contratou meninas que estavam no último ano do curso de Designer Gráfico na ETEC para desenvolver a sua logo marca. Thales Gayean, titular do setor de Artes Visuais comenta que seu primo, professor na área de Designer na ETEC, mencionou estratégia com alunos e corpo docente para colocar os trabalhos nas ruas e acredita e o convite encaminhado para o COMCULT tem esse objetivo. Os Informes expedidos foram: ofício sobre a PNAB para a Secretaria de Cultura que será explicado posteriormente por Walter Cezar Addeo, membro do notório saber; ofício sobre a Cerâmica apresentado na última Sessão Ordinária por Maria Aparecida Machado, membro do notório saber; ofício encaminhados para os Conselhos de Cultura de Aparecida, Lorena e Cruzeiro e aos produtores culturais da cidade de Cunha relativo ao encontro realizado no último dia 6 de junho; ofício relativo ao uso de espaços e auditórios para eventos. Rogério comenta email encaminhado referente a queimada no Parque das Nascentes questionando sua entrada nos ofícios; Felipe esclarece que por acrescentar assunto relativo a um espaço para o SESC o mesmo foi anexado para debate posterior. Na concessão de falas às autoridades, é concedido para Lila Vanzela, presidente do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente). Lila agradece a oportunidade e apresenta um diagnóstico situacional da infância e do adolescente em Guaratinguetá, trabalho realizado com a verba destinada para o fundo municipal da criança e do adolescente durante os anos de 2021 e 2022 e concluído em agosto de 2023 apresentado em evento na Câmara Municipal. O diagnóstico foi realizado por intermédio dos profissionais da rede da Criança e Adolescente, pelos pais e

também com as próprias Crianças e Adolescentes. Para o diagnóstico, foram ouvidos representantes de toda a cidade correspondente as faixas etárias e sócio econômicas. No relatório final as principais questões que chamaram a atenção foram: em primeiro, as meninas são as que mais sofrem violações de direitos, em segundo estão os usuários de substâncias psicoativas e crianças e adolescentes em situação de pobreza. A faixa etária mais prejudicada está entre 12 e 15 anos, apontado como consequência de uma ausência de programas ligados ao esporte e a educação. Outra questão levantada foi a necessidade de atendimento à saúde mental de crianças e adolescentes, a ampliação de espaços seguros para divertimentos e ampliação de oferta de espaços e atividades culturais e atividades esportivas para crianças e adolescentes. Os dados também apresentaram que, embora houvesse um aumento significativo pelo governo de atividades nesses setores, eles foram centralizados e os bairros permaneceram abandonados. Lila enfoca que, o objetivo do compartilhamento do material com o COMCULT é para frisar que o brincar, o divertir e as atividades culturais ao mesmo tempo que se apresentam como demanda são ferramentas lúdicas que auxiliam na saúde mental da criança proporcionando novas experiências, menciona que relatório pode ser encontrado no site da prefeitura e comenta sobre a lei municipal que estabelece a semana municipal do brincar que ocorre em maio e sobre a lei municipal que estabelece o mês laranja de combate e o enfrentamento contra a violência e o abuso sexual contra a criança e o adolescente, também menciona que foram enviados ofícios para todas as secretarias: Cultura, Esporte, Saúde, Educação, Assistência Social e Turismo, solicitando informação de como seriam comemorados esses momentos e, a preocupação foi a ausência de respostas por grande parte dessas secretarias com exceção da Secretaria de Assistência Social que prontamente enviou respostas. Lila propõem uma parceria junto aos Conselhos e comenta sobre a dificuldade no acesso às verbas, bem como os tramites legais e institucionais do seu uso e vê que, em parceria com as atividades culturais amparados pelo diagnóstico de sua importância na saúde mental da criança, facilitará nos editais. Felipe comenta que, embora o dinheiro seja público ele chega através de uma destinação privada. Lila comenta que este foi um grande problema pois a destinação só pode ser feito ao fundo e não para o projeto e, o mesmo só poderá ser capitaneado via edital e menciona um problema ocorrido com o Instituto Ila que foi contemplado, mas não pode receber a destinação devido a uma lei nacional que havia bloqueado e uma desinformação dos processos. Felipe comenta que realmente havia um impedimento de destinação de pessoa jurídica ou física por carta de aporte e entende que o bloqueio poderia ser devido a particulares do edital que deveriam contemplar diversas instituições e não com destinação direta e integral ao Instituto Ila. Lila comenta que o edital foi feito para aprovação de projetos com a chancela do CMDCA para capitanear o dinheiro, mas o dinheiro entrou para o fundo. Felipe esclarece que esse foi o problema por que não poderia haver chancela no edital e que o mesmo deveria contemplar projetos gerais. A conselheira Neusa Maria Reis Cipolli, titular do setor de Imprensa Local comenta que a Cultura foi citada pelas crianças e adolescentes na conferência como uma questão ausente nos bairros. Rosângela comenta que a dificuldade na permanência no curso no Projeto Guri das crianças e

adolescentes se dá pela dificuldade do transporte; Lila comenta que havia um passe para o transporte, mas foi retirado. Rogério comenta que, não adianta se pensar em descentralização se não há espaços públicos para acolher os projetos nos bairros e comenta de experiência pessoal vivida na Associação dos Moradores do Bairro do Gomerl do qual foi presidente e membro da executiva presenciando essas dificuldades e chama a atenção para uma questão que considera ainda maior, tratando-se da implantação das escolas cívico-militares; menciona que em conversas com algumas pessoas apoiadoras do projeto, como o ex vereador Moura Brasil, questionando o motivo da criação da escola cívico-militar na Escola Maria Julia em detrimento da Escola Carmelita de Moraes com um lixão instalado ao lado cuja ações sociais de enfrentamento seriam mais viáveis. Apresenta a problemática das instalações no modelo de condomínio nas proximidades com as dificuldades de manutenção por moradores e a ausência do poder público e menciona o desmatamento 20 mil metros de área para instalação de um aterro de resíduos de materiais para construção civil sem licenciamento ambiental que acabou virando um lixão. Frisa estar à disposição do conselho para o reverter a situação por se tratar de uma área pública por intermédio de dois instrumentos: jurídico através de uma ação por danos morais contra a administração municipal e contra o prefeito Marcus Soliva e Régis Yasumura e a administrativa através do plano municipal da mata atlântica incluindo a área como de parque natural e conclui mencionando trabalho realizado por Vitor em Pindamonhangaba de censo comunitário entregando para as comunidades as atividades de manutenção. Maria Aparecida comenta que sua neta realiza trabalho de Educação Emocional na Escola Carmelita e evita contato visual com as mães por ser uma área preocupante. Felipe encerra as falas agradecendo a explanação realizada por Lila com os dados do CMDCA e comenta que todo o material será encaminhado por email. Esclarece a importância dos pontos apresentados e coloca o Conselho à disposição nas ações com atividades mais afetivas. Na sequência abre votação para aprovação da ATA da última reunião, aprovada por unanimidade. Foi aberta fala para o levantamento do Patrimônio Histórico que será apresentado pela visitante Ana Cristina. Ana comenta que passou muitos anos fora de Guaratinguetá e desde e, apaixonada pela cidade, sempre a observou com carinho e comenta de sua emoção ao falar sobre Orozimbo Roxo Loureiro, fundador do Clube dos 500. A partir de 2017 após retornar para Guaratinguetá e depois de publicar seu livro sobre o Clube dos 500 está envolvida em um novo projeto sobre patrimônios tombados de Guaratinguetá. Comenta que por se tratar de um catálogo ilustrado, na ocasião presenciou dois prédios em péssimas condições com pichações e em conversa como prefeito solicitou uma pintura para o devido registro para seu livro. Relembra verba encaminhada para o restauro do prédio que abriga o Museu Pedagógico e Histórico Conselheiro Rodrigues Alves e cita um decreto de 1017 que beneficiou um processo de 2015 à cerca das obras de Oscar Niemeyer no CONDEPHAT que considerava estarem em péssimas condições, descaracterizadas e abandonadas, mas, à cerca do decreto de patrimônio emitido em 2017 permitiu ao CONDEPHAT observar que alguma coisa estava sendo feito. Sobre o Teatro Carlos Gomes, comenta uma intersetorização jurídica que havia impedido uma empresa em iniciar os trabalhos de conservação e restauro

do prédio que infelizmente veio a desabar, também ressalta que, quando os tramites são encaminhados ao Ministério Público todo as partes perdem o interesse de continuar com as ações alegando ser, a partir desse momento, de responsabilidade única do Ministério Público. Informa que encaminhará toda a documentação para o COMCULT e concluí lembrando uma parceria realizada com o antigo Secretário de Cultura Luiz Carvalho sobre uma lei voltado para Cidade Limpa em 2017, salienta os impedimentos apresentados pelo executivo à época e propõem duas linhas para a limpeza visual da cidade: a primeira, que o conselho em conversa com os pré-candidatos ao executivo dê início a proposta de uma lei para Cidade Limpa, a segunda por intermédio constitucional da coleta de assinaturas proporcionais ao número de habitantes correspondente ao número aproximado de quatro mil assinaturas através de uma iniciativa popular; embora tenha questões burocráticas quanto ao processo de viabilização e autenticação eleitoral das assinaturas, vê a iniciativa como uma única ação efetiva de implantação dos projetos junto a Câmara Municipal. Neusa comenta que por parte do governo há um interesse imenso nos milhões que são encaminhados via DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), e não é usado adequadamente no turismo, no entanto, na Rua Dr. Martiniano foi feita uma fiação subterrânea para a instalação das luminárias e posteriormente com a remoção dos Postes, aguardando apenas a manifestação da EDEP. Thales comenta que sobre a lei de patrimônio há uma previsão sobre a lei das fachadas e que isso pode incluir na Cidade Limpa. Maria Aparecida comenta participação em seminário na FATEA em que a pessoa apresentou um trabalho de conscientização e deu exemplos de Cidades Limpas, um dos exemplos clássicos foi a marca idealizada pela Drogaria São Paulo atendendo ao uso visual nas cidades e outro envolvendo a tradicional Casas Bahia que na ocasião havia mudado sua fachada para também atender as exigências da lei de Cidade Limpa onde está situada. Walter comenta que é preciso lutar pela regulamentação da Lei do Patrimônio por que nela está previsto a lei das fachadas bem como a criação do Conselho do Patrimônio que poderia viabilizar inúmeras ações específicas para essa área e aproveita para questionar situação da Igreja de Santa Rita. Ana Cristina comenta que realizou alguns eventos para conscientização através de uma exposição fotográfica seguido de um concerto musical para chamar a atenção da igreja e da população e salienta que uma pessoa procurou o pároco da igreja apresentando um projeto para captação de recurso para o restauro. Walter relembra movimento realizado pelo conselheiro Tiago Xavier da Silva, titular do setor de Movimentos Sociais ligados às atividades culturais para levar novamente o monumento referente ao antigo bebedouro que pertenceu a Inês Teodoro para o Bairro de Santa Rita. Ana comenta que esse bebedouro está incluído no projeto. Rogério comenta que, sobre o abaixo assinado haverá um grande trabalho. O plano “A” seria o reforço para que os candidatos se comprometessem; um outro caminho possível é pegar o decreto de 2017 e solicitar tombamento pelo IPHAN. Também comenta situação da Basílica Velha em Aparecida que, embora tombada, não foi respeitado sua área envoltória e, adiantando esse problema, ao solicitar o tombamento do Santuário de Frei Galvão, bem como o futuro Santuário a ser construído, também anexou a importância de se respeitar sua área envoltória no

processo de tombamento. Felipe entendendo a importância dos assuntos sugere que eles sejam pautados junto a sociedade civil e acredita que só haverá grande relevância se também houver relevância para a sociedade. Como ideia sugere um levantamento desse patrimônio e sua apresentação através de um evento que envolva a sociedade civil e autoridades sobre a importância e relevância desse patrimônio para a cidade. Maria Aparecida questiona o formato desse evento e Felipe esclarece se tratar de uma apresentação através de técnicos, especialistas e pessoas ligadas ao tema para trazer ideias de ações nessas áreas, cita como exemplo a pessoa comentada pela Maria Aparecida em palestra que demonstrou formas de equalizar as fachadas das lojas junto com as exigências da lei de Cidade Limpa. Rogério comenta a importância de resgatar o projeto Jornada do Patrimônio que ocorreu durante a gestão do Luiz Carvalho. Maria Aparecida comenta sobre projeto pessoal que contempla um circuito patrimonial pelo centro histórico de Guaratinguetá. Thales comenta a necessidade de uma reunião junto ao GT do Patrimônio para tratar do assunto e a viabilidade desse evento. Sobre informações adicionais à cerca do ofício enviado em relação a PNAB, Walter esclarece que houve a audiência pública, mas alguns pontos estavam obscuros, por esse motivo foi solicitado que o COMCULT encaminhasse o ofício para esclarecimentos; Walter inicia a leitura do ofício informando que foi solicitado para incluir nos editais da PNAB a exigência de que a sede social das pessoas jurídicas seja em Guaratinguetá para evitar a evasão de impostos; que os proponentes de pessoa jurídica comprovem atuação na área de, no mínimo dois anos; que houvesse um índice da municipalização das áreas técnicas de pelo menos 30% dos profissionais de Guaratinguetá. Informa um problema apresentado no edital da seguinte forma: pela primeira vez surgiu na PNAB uma destinação de 30% para os Pontos de Cultura cadastrados, no entanto mesmo a Secretaria de Cultura tendo disponibilizado o cadastro, não é apresentado nenhum ponto de cultura nos cinco itens existentes e a informação acabou ficando difusa, abrindo a possibilidade se os Pontos de Cultura seriam editais próprios separados da PNAB. Também foi questionado se os proponentes poderiam solicitar o dinheiro da PNAB e ao mesmo tempo a verba relativa ao Ponto de Cultura; uma vez que há na lei o dinheiro específico para ambas se perde o sentido para a separação. Também há o questionamento se os proponentes podem entrar em todas as áreas artísticas propostas e, se no caso de serem aprovado em várias áreas, ele terá que escolher ou poderá ficar com o dinheiro contemplado de todas as áreas. Também foi perguntado se parte do dinheiro da PNAB pode ser reservado para compra de equipamentos para cinemas e teatro e quanto tempo os aprovados na PANAB terão para fazer suas devolutivas e suas prestações de contas. Para concluir, Walter faz um alerta sobre a condução das audiências públicas e explica que as audiências são consultivas e não deliberativas finais; a lei fala em oitivas, mas ela não pode ser deliberativa final por que se ela aprova absurdos e a Secretaria de Cultura assume isso pode dar distorções graves e cita como exemplo um fato ocorrido com a lei Paulo Gustavo na área do carnaval em que a maior verba destinada foi para eles por que estavam em grande número na audiência pública. Rosângela complementa citando que o fato em questão acabou sendo deliberativo e não consultivo. Walter ressalta que, também na

PNAB, o mesmo grupo conseguiu maior número de projetos aprovados por que estava em maioria na audiência pública e que isso está criando uma situação em que a audiência pública acaba sendo uma ferramenta deliberativa final assimétrica em benefício de grupos majoritários nas audiências. Lila questiona se a legislação é consultiva e conclui afirmando que, em caso positivo, qualquer pessoa poderia entrar com um processo de anulação. Walter esclarece que a participação efetiva e em grande número do grupo relacionado ao carnaval nas audiências são boas, positivas e necessárias, mas o problema está na distorção assimétrica da audiência em que grupos arregimentados em maior número podem exigir maiores quantias participativas nos projetos executando assim a distorção deliberativa da audiência que deveria dispor os recursos de forma democrática e igualitária e não atendendo à exigência de grupos majoritários. Conclui esclarecendo que na lei cabe ao Conselho junto com a Secretaria administrar os recursos na PNAB. Na sequência, Felipe comenta parceria em projeto de Fabiana Lian, idealizadora do On Stage Lab, para a realização de um workshop intitulado Nossos Palcos, com intuito na capacitação de produtores culturais ligados a música com realização no mês de outubro em Guaratinguetá e fomenta entre os conselheiros a idealização de um suporte para a estruturação de espaço, mídia e divulgação do projeto que contará com a logo do COMCULT como uma das instituições ligadas a realização da capacitação para a sociedade civil. Na sequência, Felipe comenta a solicitação dos agentes culturais de Cunha que estiveram na conferência de um suporte para a formação do Conselho Municipal de Cultura de Cunha e, esclarece que preparou um documento junto com as pessoas de Cunha em moção de apoio de Guaratinguetá, Aparecida, Lorena e Cruzeiro, encaminhado para a Câmara Municipal de Cunha e, apresenta a leitura do documento a todos os conselheiros, aprovado por unanimidade. Neusa reforça pedido para um ofício exigindo informações à cerca da criação do Conselho do Patrimônio Histórico a ser enviado para a Câmara Municipal. Felipe comenta sobre a problemática proposta na Conferência das Cidades sobre a temática cultural. Esclarecido pelos demais conselheiros, ficou a sugestão da participação do COMCULT na Conferência. Felipe reitera solicitação de Walter para a criação de dois grupos de pesquisa, um para o Fundo Municipal de Cultura e outro sobre Direitos Fundamentais sobre o Artista, ambos previstos no Plano Diretor e no Plano Municipal e sugere convite a Rosângela e Dona Cida para a criação do parecer que será apresentado a todos posteriormente. Aberto para votação, aprovado por unanimidade. Rogério comenta sobre o que chamou de gleba remanescente da família Byinton e CODESG, que desde o início dos anos dois mil vem sofrendo com queimadas, a partir de dois e cinco começou haver um movimento para a criação de um parque naquela área. Na revisão do Plano Diretor em no ano de 2006, chegou-se próximo dessa possibilidade com a criação da zona especial de proteção ambiental pelo Dr. João Carlos, mas foi vetado pelo então prefeito à época Junior Filippo, alegando interesse público com a presença do ofício do veto no Plano Diretor. Relembra promessa de campanha feita pelo prefeito Marcus Augustin Soliva para também preservar a área mas não aconteceu por força do poder executivo, afirmando que o projeto do Plano Diretor não contemplava a preservação, o mesmo foi anexado através de uma emenda.

Sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica, que funcionaria como um inventário do Patrimônio Natural, foi engavetado e não encaminhado para a Câmara. Lembra nova queimada ocorrida em área de preservação próximo ao Bairro Portal das Colinas, destruindo completamente a área. Uma denúncia foi feita tornando-se inquérito civil público em 2023. Comenta sobre queimada recente no último dia 15 no Village Mantiqueira, incluindo uma área em que Soliva, juntamente com o pessoal do MBIO e Secretaria do Meio Ambiente, fizeram um plantio, mas foi tudo perdido. Sobre a Lei Federal de Crimes Ambientais, Rogério esclarece que, ela tem alguns artigos que tipifica o crime contra a administração ambiental; um deles é sobre a obrigação à Lei ou Contrato e, na cláusula do contrato com os Byinton no ano de 1975 há um artigo, o 8º, que trata da questão orçamentaria e menciona em segundo trecho as obrigações da CODESG e, no seu entendimento, a cláusula nunca foi cumprida. Foi realizada uma nova perícia na área fundamentando dentro do artigo da Lei que foi encaminhado para o Conselho Municipal do Meio Ambiente para que tome providências junto a Polícia Ambiental, Ministério Público e Câmara Municipal, com cópias para o COMCULT, ressaltando que o titular da questão é o COMAM. Sobre o SESC, comenta que uma proposta foi enviada ao executivo quando, à época, o atual prefeito Marcus Soliva, juntamente com seu vice-prefeito Régis Yasumura eram vereadores, para que uma área dentro do Parque das Nascentes fosse destinada para a criação do SESC em Guaratinguetá, contemplando assim a existência do Parque juntamente com a presença da Instituição naquela área. Comenta sobre processo judicial sobre a construção do Supermercado Máximo e Shibata em Guaratinguetá. Oficializado no Ministério Público Estadual, foi engavetado, mas devido ao pedido de tombamento pelo IPHAN, agora será levado para a esfera Federal contra o Shibata. Complementa estar aguardando uma janela para apresentar os fundamentos na Câmara Municipal sobre o esgotamento de loteamento da área e sua necessidade de preservação, bem como o fim de qualquer empreendimento Byinton no local sobre contrato, com formalização de pedido sobre danos morais e a rescisão do contrato firmado em 1975. Felipe faz agradecimentos sobre o encontro realizado com os Conselhos de Lorena, Aparecida, Cruzeiro e Cunha. Aberta a palavra, Walter comenta sobre a falta de questões temáticas no encontro e sugere que, temas de interesse geral fossem debatidos com as cidades. Felipe reforça que o próximo encontro será temático e um dos temas principais debaterá sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura. Rogério sugere a presença de alguém do MINC para a participação do encontro com os Conselhos. Rosângela propõe a presença de Binho, membro do MINC e Walter, devido a possibilidade de ausência, sugere que Binho grave um depoimento para a Conferência. Para o último tema, Felipe reforça o convite que será encaminhado para os pré-candidatos ao executivo de Guaratinguetá, a ser realizado no mês de agosto com data e local a ser definido. Thales, tomando a palavra, informa a todos sobre seu afastamento do Conselho por motivo eleitoral de sua pré-candidatura a prefeito no Município de Guaratinguetá, por exigência da Lei Eleitoral. Declara encerrada a sessão, a qual foi relatada por mim, Tiago Xavier da Silva, Primeiro Secretário, e da qual foi lavrada a presente ATA.



Filippe Moura
Presidente COMCULT